

## **TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO AMAZONAS**

### **WORK AND EDUCATION: IMPLICATIONS FOR THE CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP IN THE AMAZONAS**

Maria Rita Santos da Silva<sup>1</sup>

Selma Suely Baçal de Oliveira<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O artigo objetiva discutir a problemática inerente à relação trabalho e educação e suas implicações para a construção da cidadania. Trata-se de uma análise crítico-reflexiva sobre as transformações no mundo do trabalho e da educação decorrentes, sobretudo, de políticas públicas e do avanço técnico-científico em sintonia a uma retórica de valorização do profissional da educação com programas de qualificação e desenvolvimento sustentável no Amazonas sendo que, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, aguçam-se formas de proletarização no mundo do trabalho e da educação pública, como tem mostrado diversos estudos sobre o assunto, dentre os quais se destacam autores como: Antunes (2011), Gatti; Barreto (2009), Gentili (2001), Oliveira (2007), Saviani (2007; 2013) entre outros. Os resultados apontam a necessidade do debate sobre as políticas públicas voltadas para a valorização do profissional da educação, na perspectiva de que se consolidem, de fato e de direito, a construção da cidadania não só no Amazonas, mas em toda a região amazônica e, conseqüentemente, amplie o desenvolvimento cultural, econômico e social a patamares mais elevados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho e Educação - Políticas públicas – Amazonas - Cidadania

#### **ABSTRACT**

The article discusses the problems inherent in the relationship between work and education and its implications for the construction of citizenship. This is a critical and reflective analysis of the changes in the labor market and the derivative education, particularly public policy and technical and scientific progress in accordance with a professional evaluation of rhetorical

education with qualification and sustainable development programs in the Amazon and , In contradiction accentuate forms of proletarianization in the workplace and public education, as it has shown several studies on the subject, among which stand out authors as: Antunes (1999), Gatti; Barreto (2009), Gentili (2001), Oliveira (2007), Saviani (2007; 2013), among others. The results indicate the need for debate on public policies for the enhancement of professional education with a view to the consolidation of, in fact and in law, the construction of citizenship not only in the Amazonas, but throughout the Amazon region, consequently, expand the cultural, economic and social development to higher levels.

**KEYWORDS:** Work and education - Public policies - Amazonas - Citizenship

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo consiste em discutir a problemática inerente a relação trabalho e educação e suas implicações para a construção da cidadania visto que, no atual estágio do sistema capitalista, seus pressupostos tem influenciado a elaboração de políticas para a educação pública. Diante de uma sociedade capitalista, as inquietações que permeiam o mundo do trabalho e da educação no Amazonas decorrem, sobretudo, de políticas públicas e do avanço técnico-científico em sintonia a uma retórica de valorização do profissional da educação com programas de qualificação e desenvolvimento sustentável sendo que, ao mesmo tempo e contraditoriamente, aguçam-se formas de proletarização no âmbito do trabalho e da educação pública.

Entre os estados brasileiros, o Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, o maior estado com uma área aproximada em 1 559 159,148 km<sup>2</sup>, integra 62 municípios e uma população estimada em 4.001.667. (IBGE, 2016). Apresenta os menores índices de povoamento, com densidade demográfica em níveis muito baixos, haja vista a predominância dos elementos naturais nessa região, por um lado, e pela ocupação histórica do território brasileiro que privilegiou as demais regiões do país.

No início do século XXI, o estado do Amazonas ampliou a projeção e aplicabilidade de Programas de Formação e Valorização de Profissionais da Educação para responder aos preceitos legais instituídos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB - Lei nº 9.394/1996), dada à exigência de formação mínima em nível superior aos professores da educação básica. Para melhor compreensão da abordagem, esta produção científica é composta por três subtemas: Trabalho e Educação: uma relação em constante movimento; Políticas públicas: uma experiência inovadora no Amazonas; Implicações para a construção da cidadania na Amazônia.

## **TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO EM CONSTANTE MOVIMENTO**

As categorias trabalho e educação são melhor analisadas nas relações sociais oriundas do processo produtivo decorrentes da sociedade capitalista. Na perspectiva marxista é pelo trabalho e pela educação que o ser humano é capaz de realizar ação transformadora e nessa relação transforma-se a si mesmo e o artefato material como condição da própria existência humana.

Nessa perspectiva, trabalho é uma atividade que diz respeito fundamentalmente à ação humana, à consciência humana, compondo, junto com obra e ação a ‘vita activa’ assim designada por Arendt (2014). Segundo a autora, “[...] a condição humana do trabalho é a própria vida [...]. O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie” (ARENDR, 2014, p. 09; 11). Não obstante, na vida do homem e da natureza há uma relação em constante movimento, de caráter histórico que implica considerar que nada é para sempre, pois todas as práticas mudam, notadamente, no âmbito do trabalho e da educação que integram a condição de sobrevivência do ser humano em qualquer sociedade.

A ideia de apropriação e produção da cultura, por exemplo, ao longo da história da humanidade tem sido concebida a partir da transmissão de conhecimentos e de valores repassados de uma geração para outra por meio do ato de ensinar e aprender. Essa ideia tem se mostrado desafiadora para os educadores porque supera visões limitadas e reconhece que todos os seres humanos podem se apropriar, produzir e reproduzir cultura com a compreensão de que o ato de ensinar e de aprender, bem como seus fins, são resultados das relações de poder que perpassam pela ação humana, no âmbito de suas práticas, sendo os critérios da ação e da educação eminentemente políticos. (SAVIANI, 2007).

A concepção de que o indivíduo é um ser histórico, visto que não realiza uma existência previamente traçada, tão pouco determinada pela natureza, mas produz pelo trabalho em constante movimento entre os indivíduos em uma sociedade construída pelo

processo da relação existente entre esses indivíduos (Idem). Alinhada a essa concepção, evidencia-se que as práticas trabalho e educação, intrinsecamente humanas, buscam compreender questões sobre a relação entre si, suas intencionalidades e os resultados das mudanças que sofrem.

Nessa relação, a educação sempre esteve ligada aos modos de produção, mas a função de formar mão de obra lhe foi imposta pelo capitalismo, como afirma Antunes (2011), visto que o caráter de intencionalidade carrega o jogo das relações históricas de produção, cuja finalidade depende das decisões dos indivíduos organizados em sociedade, onde as práticas trabalho e educação são partes integrantes dos interesses de classe dessa determinada sociedade.

No bojo dessas discussões a relação trabalho e educação tem sido foco de atenção com vários pontos de vistas, sendo apresentado neste artigo sob o enfoque que permeia o contexto de uma sociedade capitalista, resultante das nuances permeadas pela divisão social do trabalho em que a educação escolar tem sofrido implicação direta com as demandas dessa sociedade. Vale salientar que no decorrer da história da humanidade, assim como a categoria trabalho, a educação também sofre mudanças incorporando sentidos diversos.

Diante dessas mudanças, a situação da educação pública no Amazonas é motivo de preocupação de cidadãos e profissionais conscientes de sua relevância como direito de todos, cujo acesso, permanência e qualidade educativa deveriam constituir-se como pauta de exigência da sociedade civil e política diante das prerrogativas governamentais, visto que são aspectos fundamentais para elevar o desenvolvimento regional, sociocultural, político e econômico da região. Mas, em uma sociedade capitalista, a relação entre trabalho e educação tem como horizonte fundamental a lei da acumulação de capital (lucro).

Por isso, de acordo com Ribeiro (2002), os poderes governamentais não levam em conta a humanização do ser humano, visto que os Planos de Desenvolvimento traçam como principais prioridades de atuação para a região, no cenário nacional e mundial, elevar a acumulação produtiva a serviço dos detentores do capital, distanciando-se do real interesse em prol da cidadania de sua população. Nota-se, portanto, que a característica marcante da política pública favorece o elitismo, legitimando o poder da classe dominante, dificultando ações que possam alterar a situação de desigualdade e desrespeito à cidadania.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NO AMAZONAS**

No Amazonas constata-se, a existência de uma vasta extensão territorial e a riqueza exuberante de sua biodiversidade com intensificação de interesses diversos por organismos nacionais e internacionais. Por outro lado, no âmbito do trabalho e da educação, em pleno século XXI, a carência de condições materiais para o indivíduo amazonense é um agravante para as políticas públicas.

Diante dessa realidade, a luta dos movimentos sociais, especificamente, dos profissionais da educação por políticas públicas é resultado de muitos anos de abandono e que, com a evolução tecnológica e o aumento de exigência do grau de escolaridade aos profissionais para responder às demandas do mercado de trabalho, a educação ganha importância internacional e nacional e, a partir daí várias alternativas de cursos de formação inicial e continuada se intensificam como alternativa educacional para a sociedade.

Em decorrência de acordos estabelecidos em nível internacional são sistematizados vários documentos, com destaque o Plano Decenal de Educação para Todos. (BRASIL, 1993), elaborado a partir da participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia (1990), onde firmou-se um acordo nacional, o qual resultou no Pacto pela Valorização do Magistério e qualidade de Educação, assinado em outubro de 1994, sendo, em seguida, instituída na LDB/1996. Formava-se, assim, um consenso público de que a valorização do magistério deveria merecer atenção prioritária por parte do poder público. (CARNEIRO, 2014).

No Amazonas, com a lógica da valorização do magistério, as ações das esferas estaduais e municipais foram baseadas nas reformas do Estado, cujo interesse congrega a lógica do capital em que flui um processo integrador da região ao restante do território nacional, ignorando as peculiaridades e necessidades locais. Monsalve (2015) ressalta que a população da região tornou-se alvo de muitas ações orientadas pelas estratégias de atuação dos agentes financiadores nacionais e internacionais e pelas instituições governamentais dos vários níveis do Estado, dos quais tem origem uma série de diretrizes para o sistema educacional com prenúncio de novos tempos.

Ora, no início do século XXI, o Amazonas, em que pesem os avanços tecnológicos, a mundialização da economia e a instantânea rede de informação e comunicação, registra-se ainda a tenebrosa marca do atraso e da injustiça social, na qual o trabalhador amazonense e, no mesmo ritmo a categoria dos profissionais da educação sofrem

as consequências do descaso político-administrativo e avança o processo de precarização no âmbito da educação pública. Contraditoriamente, aflora-se o debate em torno da qualidade do ensino público e, para isto, investe-se na formação dos profissionais da educação.

É nesse contexto que um novo projeto de formação é sistematizado, objetivando atender a elevada demanda de profissionais leigos e muitos deles com formação incompleta exercendo o magistério na educação básica do estado do Amazonas. Trata-se do Programa de Formação e Valorização de Profissionais da Educação Básica que atendeu a condição posta pela LDB (Lei Nº 9.394/1996, Art. 87) ao instituir a ‘Década da Educação’ em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos, estabelecendo prazo para que os professores sem a formação exigida obtivessem a formação em nível superior. (Brasil, 1996).

Neste cenário tem origem a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a ela coube atender às prerrogativas oficiais do governo do Amazonas para realizar a formação dos profissionais da rede municipal e estadual de ensino sem a formação exigida em resposta aos preceitos da LDB, em seu Art. 87 §4<sup>o</sup> ao determinar que, até o fim da Década da Educação (1997 a 2007), somente fossem admitidos professores com formação em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (BRASIL, 1996). Em razão de seu caráter emergencial e das condições de execução, o projeto considerou normas específicas de operacionalização metodológica, concebida como presencial mediada pelos recursos tecnológicos, com aulas televisivas, via satélite<sup>4</sup>. (UEA, 2001).

Em uma região geográfica complexa, com municípios de difícil acesso, a utilização de uma metodologia de formação mediada pelos recursos tecnológicos, considerada inovadora no estado do Amazonas incide em baixos custos para o desenvolvimento do curso, sendo este um dos critérios para a implementação do projeto, visto que o presencial teria custos muito elevados para o Estado. (UEA, 2002). Isso porque, os dados da Secretaria de Educação do Amazonas demonstravam o alto índice de professores sem a formação exigida, tal que, dos 5.883 professores rurais do Estado, apenas 1.599 possuíam o ensino médio completo, pois a grande maioria tinha apenas o ensino fundamental. (SEDUC, 2004).

A preocupação com esse ideário de formação foi motivo de discussões de teóricos como Gatti; Barreto (2009) que demonstram preocupação com a utilização da EaD em ensino de massa de forma ‘aligeirada’ para responder aos anseios governamentais. Não se trata de desconsiderar o mérito do ensino a distância; o que se questiona é o que advém das relações humanas quanto às socializações, às experiências adquiridas na prática da convivência, nos

debates da sala de aula, nas palestras, nos trabalhos realizados em grupos, apontados em muitas pesquisas como aspectos fundamentais para balizar a ação e reação humana.

Em contrapartida, também há resultados de pesquisas que apontam aspectos positivos sobre o ensino a distância, principalmente porque atua como um elo de transformação no processo de mediação entre os envolvidos, mediante interação contínua, ampliação e troca de conhecimentos. Isso é possível na relação trabalho e educação, mediante as formas de processar, armazenar, recuperar e comunicar informações de forma mais rápida em diversos formatos midiáticos em que fatores como distância, tempo, entre outros aspectos deixam de ser estorvo para dar agilidade no trabalho entre os diversos segmentos profissionais, nos quais se inclui a educação.

Apesar da diversidade de olhares crítico-analíticos sobre a modalidade da EaD, os dilemas vivenciados pelos profissionais em formação universitária é imbuído de preconceito, aspecto visto por eles como discriminatório. Como resultado de entrevista com os Professores em Formação Universitária (PFU) realizada no turno noturno, nas turmas da capital do Amazonas, constatou-se que não gostavam das aulas televisivas, principalmente porque o conteúdo era complexo e eles não disponibilizavam de tempo para estudos além da sala de aula, haja vista que a maioria deles ministrava aulas no turno diurno. Entre os resultados, destacam-se:

Dizem que somos do telão para poder enxergar melhor, pensam que em nossas aulas é só assistir TV, não sabem o quanto temos que estudar para compreender os conteúdos e fazer as provas que são muito difíceis, com tempo cronometrado e o que é pior, não temos contato com os professores que poderiam nos ajudar nas dúvidas, embora o professor assistente envie por internet, custa muito o retorno com as resposta. (PFU, 2004).

De todas as situações dilemáticas, as mais inquietantes foram relacionadas a questões salariais; ansiedade devido às dificuldades conceituais; os transtornos nas escolas para a saída antes do término do turno de trabalho devido à situação precária de transporte (ônibus) e a necessidade de chegar no horário para não perder as explicações; o cansaço; a dificuldade visual, entre tantas outras, o que mais angustiava referia-se ao processo avaliativo<sup>5</sup>, com respostas as mais diversas. Contudo, a maioria sinalizou sobre a ansiedade pela falta de tempo para os estudos, as longas questões das provas objetivas para serem respondidas em curto espaço de tempo, dificultando o processo de leitura e reflexão para responder adequadamente, mesmo que:

[...] no decorrer das aulas algumas dúvidas que poderiam ser tiradas na hora das Dinâmicas Locais, na maioria das vezes, o Professor Assistente por mais que explicasse não era a mesma coisa que o Titular que se preparou, preparou o material didático da Disciplina e, os meios de suporte: Internet, telefone, fax e call center são raras às vezes o retorno dos questionamentos que enviamos. (PFU, 2004).

Para ajudar na compreensão referente ao processo avaliativo, Romão (2001) chama a atenção para o aspecto da complexidade sobre o assunto, evidenciando que: “Os problemas da avaliação da aprendizagem resultam do tráfico ideológico das elites [...] favoráveis à manutenção do status quo individualista, meritocrático, discriminatório e injusto, [...] exigente e rigorosa com cobrança somente aos alunos” (ROMÃO, 2001, p. 43).

Nesse sentido, é importante não perder de vista que o problema da avaliação inclui questões de ordem política, econômica, cultural e pedagógica, pois a natureza de seu processamento e dos resultados afeta o sistema organizacional em termos de produtividade, cujo discurso alardeia sobre o aspecto quantitativo e qualitativo. No discurso ideológico posto pelo sistema vigente, o mérito é de quem se esforça, respeita a rigorosidade metódica para os estudos em detrimento do despertar para uma postura provocadora da leitura crítica com possibilidades de reflexões contextualizadas. (Idem).

Pela lógica da organização metodológica do programa, a avaliação consistia em verificar o conhecimento adquirido pelos estudantes, limitando-se ao alcance de objetivos da área cognitiva. Assim, considera-se o “processo de ensino-aprendizagem voltado para o ‘sujeito gnoseológico’ (que conhece), em detrimento do ‘sujeito ontológico’ (que atua) ou do ‘sujeito paraxiológico’ (que conhece-atua e re-conhece)”, como ressalta Romão (2001, p. 49).

Longe de considerar, nos procedimentos metodológicos do programa, a liberdade e o atendimento às necessidades dos estudantes universitários, o curso apresenta rigidez no cumprimento do conteúdo que, conforme a coordenação pedagógica busca cumprir 100% de tudo o que é planejado. Assim, constata-se que as aulas, as atividades e as avaliações foram desenvolvidas sem considerar o ser humano, suas dificuldades, sendo importante o resultado, na perspectiva da produtividade.

Quanto à aplicabilidade nos termos da LDB, Art. 67, Carneiro, (2014, p. 477) põe em evidência que os preceitos sobre a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes, inclusive, nos estatutos e nos planos de carreira do magistério público: “II. aperfeiçoamento profissional continuado com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III. piso salarial profissional; V. período reservado a estudos, planejamento e avaliação,



incluída na carga horária de trabalho” não foram e raramente são colocados em prática nos projetos e programas de formação dos profissionais da educação. Nesse caso, as primeiras turmas se sentiram injustiçadas pela não aplicabilidade desse direito, contudo, quando questionados sobre a importância do curso, tanto os professores em formação, quanto os professores assistentes e a equipe de coordenação pedagógica explicitaram que o curso gerou uma relevante aprendizagem para todos os envolvidos, visto que todos foram pioneiros e se envolveram de tal modo que os acertos e erros ajudaram na superação das dificuldades vivenciadas.

Quanto à conclusão das primeiras turmas, constatou-se que: “[...] dos 8.726 professores que iniciaram os seus estudos nos 62 municípios, interior e capital, 90% conseguiram concluir o curso. Outro momento importante foi o início da II turma com 8.562 vagas”. (UEA, 2005, p. 23).

Com a graduação da segunda turma, (2005 a 2008), o governo do Amazonas atinge as metas estabelecidas quanto à formação dos professores leigos e com formação inicial incompleta, cumprindo as exigências da base legal. O aspecto positivo das exigências determinadas na LDB fez com que o governo do Amazonas se mobilizasse em prol da formação dos professores há tempos esquecidos.

No total, foram formados mais de 16 mil professores em duas etapas do curso, colocando em evidência 551 profissionais das etnias indígenas, sendo 153 na I etapa e 398 na II etapa, de 22 etnias indígenas, presentes em 14 municípios do Amazonas. Esse foi um dos aspectos que levou o programa, conhecido como Proformar a ser “uma das iniciativas vencedoras do prêmio ODM Brasil 2007, com o tema ‘Um Prêmio para quem trabalha por um Brasil Melhor’, das 1.062 inscritas, a UEA foi a única iniciativa premiada da Região Norte na categoria instituições”. (UEA, 2009, p. 11).

Portanto, o Proformar se afirmou pelos resultados no domínio da tecnologia apropriada para mediar o ensino a distância, superando dificuldades peculiares ao contexto amazônico, que exigiu um planejamento logístico, organização administrativa e pedagógica para assegurar a operação e funcionamento do sistema. Notadamente, o Proformar constituiu-se como um importante programa no alcance das metas governamentais do Amazonas.

## IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA AMAZÔNIA

Entre as nuances que norteiam a Amazônia, observa-se que o trabalho e a educação são aspectos marcados por uma série de mudanças em um contexto histórico de mediações contraditórias, cuja distância entre o enunciado político e sua aplicabilidade é notadamente evidenciada. Isso implica em transgressão social<sup>6</sup> revelando as marcas das desigualdades sociais, fator desencadeador da situação de vulnerabilidade de crianças e jovens que não conseguem avançar nos estudos, sendo um retrocesso para o processo de cidadania.

Também, nota-se que a instabilidade política, econômica e social vem gerando sentimento de insatisfação e incertezas, com índices elevados de desempregados, sendo a grande maioria jovem. A política social ainda é centralizadora apesar dos enunciados legais preceituarem o contrário, com ênfase aos aspectos democráticos. Além disso, as políticas dos países capitalistas, entre os quais o Brasil está inserido não se preocupam com a proteção social de seus cidadãos da forma como propagam, cujo resultado é percebido no elevado índice de violência, falta de emprego, má qualidade da educação, da saúde e tantas outras situações degradantes.

As características marcantes da política social são, por um lado, o elitismo que privilegia parte da população já favorecida economicamente, e por outro, o assistencialismo tutelar direcionado aos segmentos mais pobres da população. Fato este que legitima o poder da classe dominante e a dependência da classe contrária, dificultando ações que possam alterar essa situação de desigualdade social.

Nesse contexto, Saviani (2013), Antunes (2011), Gentili (2001), entre outros teóricos consideram que educação e trabalho são as duas bases do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, como é o caso do Brasil, sendo a primeira a categoria central no debate, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva ocorrida nas últimas décadas, geradora dos problemas que afligem a humanidade. Diante disso, Oliveira (2007) salienta que:

A sociedade de modo geral e os trabalhadores, em particular, assistem a um intenso debate a respeito dos impactos das novas tecnologias e de outras formas de organização do processo produtivo que se denomina, historicamente, de trabalho. Tal debate é movido por um conjunto de preocupações, dentre as quais se destacam as relacionadas às condições de trabalho, de emprego e de salários e as relacionadas a escolaridade e a qualificação, cuja problematização pressupõe uma contextualização da produção, sua localização no espaço e no tempo. (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

Nesse processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pela lógica e interesses do capitalismo avançado. Assim, a reestruturação produtiva, acompanhada da introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de consequências sociais que afetaram os trabalhadores nos processos de trabalho.

Diante do exposto, é perceptível que com a inserção das novas tecnologias evidencia-se o atraso da educação escolar. O trabalho enquanto atividade consciente é capaz de modificar a realidade, de maneira que vai além da capacidade instintiva como é o caso dos animais, pois é potencialidade somente da espécie humana assim como a educação, que também é uma ação que carrega as suas intencionalidades.

Assim, a relação trabalho e educação requer a apropriação de uma leitura da realidade social e de seus condicionantes contextuais para, de forma organizada, lutar pelo interesse da população que sofre as consequências do descaso político-administrativo, ferindo a cidadania tão propalada nos documentos oficiais, mas sem aplicabilidade à população mais carente do Amazonas, com destaque aos povos indígenas, ribeirinhos e demais população que vive à margem de sua cidadania. Aqui vale o destaque de que, mesmo com a formação ocorrida em todos os municípios do estado do Amazonas, o conhecimento adquirido foi importante, mas o processo de precarização do trabalho continua, haja vista o alto custo de vida em que o salário não condiz com as necessidades, bem como a constatação de dificuldades de locomoção e espaços precários de condições de trabalho, entre outros descasos com a educação pública.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo destaca a importância da internalização de uma concepção de trabalho e educação com abrangência a todas as dimensões da vida do ser humano. Isso implica em uma educação que busque a superação da alienação e assuma responsabilidades quanto às condições de existência e interações sócio-político-econômica e cultural.

As reflexões construídas sobre a política de formação inicial no Amazonas mostram que o Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica nasce da exigência de uma base legal em nível nacional, não sendo consequência de uma obrigação do estado do Amazonas em planejar e desenvolver políticas educacionais para atender as reais necessidades da população local, com atuação nas áreas carentes e de difícil

acesso. Nesse contexto, percebe-se que o programa, explorado dentro de um processo que obrigou o governo a desenvolver ações consistentes, oportunizou a criação de uma ferramenta estratégica que, atualmente, alcança a diversidade da população no Amazonas, sejam brancos, negros e índios, atingindo a todos os municípios propiciando mudança na vida da população dessa região.

Há que se admitir que o cenário da educação pública no Amazonas foi alterado a partir da implementação do Proformar que, afora as críticas, promoveu a formação em serviço de mais de 16 mil profissionais em menos de 10 anos de funcionamento, além de impulsionar a pesquisa acadêmica através dos trabalhos de conclusão de curso exigidos na graduação. De toda forma, é preciso reconhecer que a educação é um campo em que os investimentos devem possibilitar como resultado a qualidade, pautada pelo atendimento às demandas das populações locais, pelo respeito e valorização da diversidade regional em busca do desenvolvimento social da região.

Enfim, os resultados apontam a necessidade do debate sobre as políticas públicas voltadas para a valorização do profissional da educação, na perspectiva de que se consolidem, de fato e de direito, a construção da cidadania não só no Amazonas, mas em toda a região amazônica e, conseqüentemente, amplie o desenvolvimento cultural, econômico e social a patamares mais elevados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e a apresentação: Adriano Correia. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BRASIL, MEC. SEF. Conferência Nacional de Educação para Todos. *Anais*. SEF, B

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº. 9394/96. Brasília, 1996. Brasília, 1993.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva*, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GATTI, Bernadete; BARRETO, E. S. de S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE. Amazonas. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MONSALVE, James León Parra. A cidadania entre aspas: organizações regionais indígenas e tics na Pan-Amazônia. *II Congresso Internacional: Net Ativismo*, out. – nov., 2015. Disponível em: <[http://www.netactivism.net/anais2015/GT1/Jamdes\\_Monsalve.pdf](http://www.netactivism.net/anais2015/GT1/Jamdes_Monsalve.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2016.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Manaus: EDUA, 2007.

RIBEIRO, Adagenor. *Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. 2002, 280f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA, Belém, 2002. Disponível:

<[http://www.ufpa.br/amazonia21/publicacoes/indicadores/Adagenor\\_TeseCompleta.pdf](http://www.ufpa.br/amazonia21/publicacoes/indicadores/Adagenor_TeseCompleta.pdf)>.

Acesso: 12 out. 2016.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO (SEDUC). *Gestão de Políticas Públicas*. Manaus/AM, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. *Tecnologia da Informação e da Comunicação: Recursos pedagógicos*. Manaus: CNS-UEA, 2001.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação: *Relatório Geral*. Manaus, 2002. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-1.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. *Relatório de Gestão*, Manaus, 2005. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-6.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. *Relatório de Gestão*, Manaus, 2009. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-8.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

---

<sup>1</sup>Maria Rita Santos da Silva – mariarita.dmt@gmail.com. Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM - Brasil. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas-FACED/UFAM.

<sup>2</sup> Selma Suely Baçal de Oliveira – selmabacal@ufam.edu.br Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação-FACED- e do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

<sup>3</sup> Revogado pela lei nº 12.796, de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)>. Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>4</sup> Aulas presenciais apoiadas por recursos tecnológicos avançados – ensino a distância (estúdio com imagem transmitida via Embratel, call center, rede internet/intranet). Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-1.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>5</sup> As avaliações objetivas apresentadas na tela da TV tinham a duração de três minutos para cada questão, lidas e respondidas no cartão-resposta.

<sup>6</sup> Caracteriza-se como o não cumprimento de regras sociais.

**RECEBIDO EM: Setembro de 2016**

**APROVADO EM: Dezembro de 2016**